

A construção discursiva do sofrimento de crianças e adolescentes em jornais impressos brasileiros: Um estudo de caso dos jornais O Globo e Extra de 2000 a 2013

Ivanise Hilbig de Andrade
Universidade Federal da Bahia
ivaniseha@gmail.com

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que tem como objetivo geral analisar como o sentido do sofrimento de crianças e adolescentes é construído em um jornal de referência, O Globo (RJ), e em um jornal popular, o Extra (RJ), verificando comparativamente o posicionamento discursivo e as estratégias enunciativas de cada publicação. Parte-se do entendimento de que o sentido do sofrimento de crianças e adolescentes é construído no interior de uma *semiose* que é social, histórica, cultural e infinita, tendo os meios de comunicação papel importante nesse processo. A pesquisa tem como bases teórica e metodológica os estudos de Linguagem, da Análise do(s) Discurso(s) e da Enunciação.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Enunciação; Jornal Impresso; Violência infanto-juvenil.

Introdução

A noção de infância, conforme se compreende atualmente, como sendo uma fase do desenvolvimento humano, surge no século XX, a partir da criação de normativas e convenções que passam a considerar crianças e adolescentes como sujeitos detentores de direitos. De acordo com Àries (1981), Badinter (1985) e Del Priore (2010), as crianças estão ausentes da história no período entre Antiguidade e a Idade Média por não existir esse objeto discursivo, ou sentido, do que se entende hoje como “infância”, tampouco a figura social e cultural “criança”. Somente a partir do século XVII, na Europa, que se começa a perceber a criança como um ser diferente do adulto, surgindo um sentimento de infância (ÀRIES, 1981, p. 158).

Com o fim das grandes guerras e o surgimento

de uma nova concepção mundial acerca dos direitos humanos, é que crianças e adolescentes começam a ser vistos como pessoas em um processo especial de desenvolvimento. Em 1959, a ONU (Organizações das Nações Unidas) aprova a Declaração dos Direitos da Criança, inspirada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, em 1989, adota a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por 193 países, estabelecendo que qualquer criança ou adolescente é credora de todos os direitos.

Inspirada na convenção e em decorrência de forte mobilização da sociedade civil organizada brasileira nas décadas de 1970 e 1980, é promulgada a Lei 8.069, em julho de 1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inaugurando uma nova visão acerca das pessoas com menos de 18 anos no Brasil: a Doutrina da Proteção Integral. Neste novo paradigma, crianças e adolescentes são considerados sujeitos plenos de direitos, devendo ter garantidos direitos básicos e proteção contra qualquer tipo de violência e discriminação.

Devido a essa complexidade em considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos é que a noção de violência¹, neste trabalho, se expande para um entendimento de violações de direitos, ou seja, crianças e adolescentes que não têm seus direitos respeitados e garantidos, como propõe o artigo 4º do Estatuto, são vítimas de violência. Avançando um pouco mais na reflexão, é possível afirmar que toda violação de direitos, ao constituir-se como violência, provoca, de alguma forma e medida, sofrimento, seja para a vítima direta, seja para familiares, comunidade e, em última instância, aos leitores de um jornal. Dessa forma, tanto a violência envolvendo crianças e adolescentes quanto o sofrimento gerado por essas violências, não são fenômenos novos, mas faces do entendimento que é construído socialmente, culturalmente e discursivamente acerca das noções de criança, adolescente, direitos, violência e sofrimento, e que está sujeito às mudanças que se seguem às grandes transformações sociais.

A título de ilustração, dados do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) e da Flasco Brasil

1 A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como “uso da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. Segundo essa definição, Paiva e Ramos (2007, p. 153-154) explicam que muitos atos podem ser considerados “violentos”, mesmo que não envolvam força física – por exemplo, descaso, abandono, discriminação, ofensa moral ou tortura psicológica, entre outros.

apontam crescimento no número de assassinatos de crianças e adolescentes. Segundo o Mapa da Violência 2012, organizado pelas duas instituições, nos últimos 30 anos, 176.044 crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil, ou seja, uma média de 16 pessoas com até 19 anos de idade mortas a cada dia (WASELFISZ, 2012). E, de acordo com o relatório do Disque Denúncia Nacional, serviço gerido pelo Governo Federal brasileiro que recebe e encaminha denúncias, entre maio de 2003 e agosto de 2011, foram realizados quase 3 milhões de atendimentos, sendo recebidas e encaminhadas 195.932 denúncias de violência cometida contra crianças e adolescentes de todo o país (SEDH, 2011).

Contrapondo este contexto de violência que causa sofrimento, e até certo ponto corroborando para que o número de denúncias cresça ano a ano, a sociedade brasileira tem se revelado mais sensível às violações de direitos de crianças e adolescentes. Possíveis explicações para essa maior sensibilidade seria a implementação de marcos legais e também a maior visibilidade e atenção conferidas ao assunto pelos meios de comunicação.

1. Criança e adolescente na mídia

Análise de mídia realizada em 2005 pela Rede ANDI Brasil e Rede ANDI América Latina, a partir do monitoramento de 113 jornais latino-americanos demonstra que, das 222.635 notícias publicadas sobre Infância & Adolescência naquele ano, o volume de publicações sobre a temática Violência foi de 31.680 textos ou 14,23% do total, sendo que no Brasil esse percentual foi de 12,36%. No ranking da Rede ANDI, trata-se do segundo tema com maior número de publicações, atrás da temática Educação. Considerando a cobertura sobre infância como um todo houve um aumento significativo. Em 1996, nos 50 principais jornais do Brasil, sobre as questões concernentes ao público infanto-juvenil, monitorou-se um total de 10.700 inserções. Já em 2002, foram contabilizadas 93.581 matérias (ANDI, 2005, p. 4).

Em pesquisa sobre a cobertura da imprensa portuguesa acerca de crianças, entre as décadas de 1970 e 2000, Ponte (2006, p. 1) conclui que é possível pensar que o crescimento de atenção às crianças e adolescentes nas notícias “resulta de uma maior sensibilização dos jornalistas e de uma maior atenção pública para as questões da infância e adolescência, na sequência da Convenção dos Direitos da Criança”. Em outro trabalho, Doretto (2012) investiga as formas de representação de infância e juventude que se destacam no noticiário de três jornais diários do Brasil e de Portugal. O estudo revela que as categorias de análise *a criança ameaçada* (que aparece em casos de “violência sexual a doenças, acidentes, guerras, catástrofes naturais [...]”; em outras

palavras, “podia ser o seu filho”); e *a criança maltratada* (“associada a famílias disfuncionais e a ambientes de pobreza social”, ou “o filho dos outros”), aparecem em mais da metade do *corpus* (57%). Os periódicos brasileiros seguem esse mesmo perfil geral: no jornal O Estado de SP, 46% dos textos versavam sobre a criança ameaçada enquanto na Folha de SP 59% dos textos analisados faziam essa representação.

A cobertura do tema da violência ganha mais visibilidade nos meios de comunicação, portanto, quando a própria violação de direitos (como o trabalho infantil degradante e escravo, a exploração sexual, maus-tratos, abandono, assassinatos, etc) passa a ser culturalmente entendida como constrangedora e inaceitável. É a partir de uma mudança histórica e social, ainda em curso e iniciada principalmente a partir dos marcos legais, que a imprensa incorpora o debate sobre os direitos infanto-juvenis e busca produzir mais sobre o tema, o que pode levar a conclusões acerca da percepção de que a sociedade brasileira está mais sensível ao sofrimento dessa parcela da população. Sendo assim, qual o papel dos jornais nessa construção do entendimento sobre infância, adolescência, violência e sofrimento?

Existe toda uma construção sócio-discursiva acerca do conceito de infância e adolescência, bem como do sofrimento vivenciado por essa camada da população, que se processa no interior de uma semiose social, histórica, cultural e infinita, em uma visão peirceana (VERÓN, 2004), tendo como um dos impulsionadores os meios de comunicação, entre eles os jornais impressos, que, por suas características, produz e circula discursos sobre violação de direitos e violência, evidenciando ou negligenciando, trazendo luz ou sombra a determinados temas, bem como se posicionando discursivamente por meio de suas estratégias enunciativas. Mas como essa construção se processa? Como a construção discursiva do sofrimento de crianças e adolescentes se processa nos jornais impressos de referência e nos jornais populares, enquanto dispositivos de enunciação?

Parte-se do pressuposto de que toda relação de discurso repousa sobre um elo, uma ligação entre os interlocutores, seja jornal e leitor, seja médico e paciente, professor e aluno. Há um posicionamento que é construído e reconstruído continuamente e discursivamente, que pode ser perene ou rompido, dependendo das estratégias enunciativas utilizadas e o cumprimento, ou não, das expectativas dos enunciadores e co-enunciadores (destinatários, receptores, leitores). E o elo fundamental para apreender essas modalidades do discurso é a maneira de dizer (modo da enunciação), isto é, a construção do lugar daquele que diz, daquele a quem é endereçado a fala, bem como a relação que se cria entre ambos (FERREIRA et al, 2012).

O desafio torna-se, então, compreender como se processa essa construção de sentido e de posicionamento discursivo não apenas nos jornais impressos, isoladamente, mas em uma análise comparativa entre jornais de referência e popular, entendendo-os como sujeitos enunciadore (MOUILLAUD, 2012) com características próprias, mas que se inserem conjuntamente em um processo de convergência² que vem ganhando força desde a década de 1990, em que grupos de comunicação com um histórico de circulação de jornais de referência, passam a criar jornais com características mais populares para atender outro tipo de leitor, constituindo-se, assim, dois sujeitos enunciadore ligados a um emissor comum.

Dessa forma, a partir das considerações acerca das transformações socioculturais e discursivas das noções de infância, adolescência, direitos, violência e sofrimento, bem como do papel importante da imprensa na disseminação desses discursos e do momento socioeconômico de convergência de produtos jornalísticos, o objetivo da pesquisa de Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é analisar como é construído discursivamente o sofrimento de crianças e adolescentes em situação de violência em um jornal de referência - O Globo (RJ) - e em um jornal popular - Extra (RJ) - verificando as estratégias enunciativas e, consequentemente, o posicionamento discursivo ou a relação contratual com os leitores dessas publicações, no período de 2000 a 2013.

2. Análise de discurso

Autores como Maingueneau (1997, 2001), Charandeau (2010) e Verón (2004) têm proposto conceituações e metodologias para análises de discursos que buscam a emergência de sentidos a partir das situações e condições sócio-históricas de produção desses discursos, bem como do posicionamento discursivo adotado pelo sujeito enunciadore. Assim, de uma definição que considera o texto como a materialização de discursos na língua, que traz consigo a ideia de curso, de movimento, de uma prática de linguagem que constitui

2 “A convergência jornalística é um processo multidimensional, que facilitado pela implementação generalizada das tecnologias digitais de telecomunicações, afeta os âmbitos tecnológico, empresarial, profissional e editorial dos meios de comunicação, propiciando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente separados, de forma que os jornalistas elaboram conteúdos que são distribuídos através de múltiplas plataformas, mediante as linguagens próprias de cada uma” (SALAVERRÍA et al, 2010, p. 59).

o homem e sua história (MAINGUENEAU, 1997), o texto passa a ser entendido como “conjunto significante” (VERÓN, 2004, p. 60), um lugar de investimento de sentido, quaisquer que sejam as matérias significantes, isto é, independente da forma que o discurso assume (um texto escrito, uma imagem, um programa televisivo, etc). Nesses termos, o jornal impresso, enquanto meio de comunicação e dispositivo de enunciação (MOUILLAUD, 2012), constitui-se de enunciados que estão em constante diálogo, em relação.

Outra característica do discurso é que ele repousa sobre a relação entre enunciadore e co-enunciadore (entre o jornal e o leitor, no caso da imprensa escrita) a partir do posicionamento discursivo adotado pela publicação, considerando também uma situação de concorrência (ou convergência) entre veículos de comunicação. “Em um universo de discurso em que, do ponto de vista do conteúdo, a oferta é quase a mesma, o único meio de cada título construir a sua “personalidade” é através de uma estratégia enunciativa própria, ou seja, construindo *um certo vínculo* com seus leitores” (VERÓN, 2004, p. 249, grifos do autor).

Dessa forma, uma análise dos discursos da imprensa que objetiva compreender esse posicionamento leva em conta que existe um reconhecimento mútuo entre participantes do processo de comunicação, bem como regras que são seguidas, como normas gramaticais e do fazer jornalístico. Assim, para construir seu posicionamento discursivo, o jornal configura para si um leitor presumido, para quem a publicação direciona suas decisões estratégicas em termos de enunciação a fim de estabelecer um relacionamento cúmplice e fiel com seu leitor, atendendo às suas expectativas, que podem ser tanto de informação quanto de emoção.

Isto implica afirmar, a título de pressuposto de pesquisa, que, se casos de violência envolvendo crianças e adolescentes estão cada vez mais presentes nas páginas dos jornais é porque existe uma expectativa do leitor em ser informado e/ou emocionado sobre a questão, o que pode ser explicado pelo atual entendimento das noções de infância, adolescência, violência e sofrimento e pela maior sensibilização em relação à cidadania e aos direitos de crianças e adolescentes.

Uma hipótese é a de que, existindo essa relação com o leitor e a fim de atender às suas expectativas, a estratégia discursiva utilizada pelos jornais O Globo e Extra, para construírem discursivamente o sentido do sofrimento de crianças e adolescentes em situação de violência, é a do compartilhamento de saberes e sensações, sendo que cada publicação, pelas suas características, enfatiza um tipo de compartilhamento: O Globo posicionando-se como uma publicação que enfatiza o compartilhamento de um saber especializado,

em geral de referência como o saber de origem científica, cultivando uma espécie de suposto saber comum entre ele e seus leitores. O jornal Extra assumindo o posicionamento de um jornal de cunho sensacionalista que enfatiza, sobretudo, o compartilhamento de emoções (medo, raiva, apelo desesperado pela justiça, etc), buscando as vozes exclamativas de revolta ou de resignação dos implicados, numa estratégia da aspektorização (MOUILAUD, 2012), ou seja, buscando como efeito de sentido a construção da veracidade pelo viés dos detalhes da narrativa. Considerando, a todo o momento, que ambas as publicações pertencem a um mesmo grupo de comunicação, mas com estratégias discursivas distintas, consequentemente, com diferentes leitores ideais e posicionamentos discursivos.

É possível elencar uma variedade de relações possíveis de serem identificadas e descritas e que levam a um entendimento do posicionamento discursivo adotado pela publicação, entre elas os conteúdos semânticos das imagens e dos textos, a relação entre imagens, títulos e notícias, cores, localização e hierarquia nas páginas, enfim, analisando as relações que se estabelecem entre as matérias significantes no interior do produto jornalístico impresso.

O discurso da imprensa acerca das violações de direitos de crianças e adolescentes, materializado na superfície discursiva do jornal, constitui-se, ainda, das transformações socioculturais de determinados temas na sociedade, pois não há discursos que sejam produzidos fora de condições econômicas, sociais, políticas e institucionais determinadas (VERÓN, 2004). O entendimento sociocultural e histórico acerca do sofrimento de crianças e adolescentes e as condições de produção do discurso sobre as violações de direitos reverberam, portanto, nas estratégias enunciativas utilizadas tanto pelo O Globo quanto pelo Extra para informar e sensibilizar os leitores.

A reflexão acerca da construção de sentido deve considerar, ainda, o processo de convergência em que grupos de comunicação têm investido na criação e reformulação de jornais populares, sem deixar de manter suas publicações de referência, configurando, assim, um emissor comum e dois sujeitos enunciadores, bem como a conjuntura de maior mobilização da sociedade civil organizada para a defesa e promoção dos direitos infanto-juvenis.

3. Objeto de análise

O estudo de caso que compõe a pesquisa em andamento terá como base um *corpus* constituído de matérias significantes³ (capas, páginas internas, textos, títulos, fotografias, infográficos) que tratam da temática de violência envolvendo crianças e adolescentes, em seu sentido amplo de violação de direitos, e que foram veiculados entre os anos de 2000 e 2013, nos dois jornais analisados: O Globo (RJ), considerado de referência, e o Extra (RJ), um jornal popular, ambos das Organizações Globo.

O Globo é um jornal diário, fundado em 1925, sediado no Rio de Janeiro e de circulação nacional. É parte integrante das Organizações Globo, que inclui também Rádio Globo, Rede Globo de Televisão e o Extra. O Extra começa a circular em 1998 e tem como público principal moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro. Os dois jornais figuram, desde 2002, entre os cinco maiores em circulação no Brasil, segundo ranking da ANJ (Associação Nacional dos Jornais).

A escolha por tais periódicos se justifica, primeiramente, pela tiragem de ambos: O Globo estava, em 2012, na terceira colocação entre os mais vendidos do país, enquanto o Extra figurava no quinto lugar⁴. A definição do período de análise (2000 a 2013) coincide com a consolidação dos marcos legais dos direitos de crianças e adolescentes implementados nas décadas de 1980 e 1990, com a ampliação da cobertura das temáticas ligadas aos direitos de crianças e adolescentes, conforme demonstram as análises de mídia da ANDI, bem como com a criação do jornal Extra, em 1998 e o novo cenário de convergência dos jornais dentro de grupos de comunicação no Brasil, que também se fortalece e se amplia dos anos 2000 em diante.

Análise prévia e exploratória nos jornais em estudo, realizada a partir de um *corpus* construído com as edições que circularam na semana de 01 a 07 de outubro de 2012 e que tinha como objetivo nortear a definição de procedimentos metodológicos de análise, evidenciou estratégias discursivas que remetem à tendência de convergência e que podem ser entendidas como constitutivas do discurso sobre violência infanto-juvenil nestas publicações, entre elas a veiculação de reportagens

3 O texto passa a ser entendido como “conjunto significativo”, um lugar de investimento de sentido, quaisquer que sejam as matérias significantes, isto é, independente da forma que o discurso assume (um texto escrito, uma imagem, um programa televisivo, uma página de jornal, etc) (VERÓN, 2004, p. 60).

4 Dados da ANJ (Associação Nacional dos Jornais), disponíveis em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>

semelhantes, embora com algum tipo de edição.

Foi possível identificar regularidades discursivas no interior de cada publicação e, ao mesmo tempo, diferenças de estratégias enunciativas e posicionamento discursivo, em função do perfil do leitor construído pelas publicações: O Globo com conteúdo mais voltado para temas como política nacional e internacional, macroeconomia, esporte, e com relatos de acontecimentos com enfoque em interesses gerais; e o Extra com formato menor e com menos páginas, fotos maiores e de mais destaque na capa, com mais acontecimentos do tipo *fait divers*⁵, bem como relatos de casos particulares e individuais.

Considerações finais

Embora este trabalho seja um estudo teórico-metodológico prévio que faz parte de uma pesquisa em andamento, ele possibilita afirmar que se mostra cada vez mais necessário compreender as estratégias enunciativas do discurso jornalístico e de que forma tais estratégias constroem discursivamente sentidos que naturalizam ou sensibilizam para o sofrimento associado a situações de violência envolvendo crianças e adolescentes, tanto em jornais de referência quanto em jornais populares.

Em um contexto de convergência mediática e de maior sensibilização e mobilização da sociedade civil organizada para a defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, evidenciados pela aprovação de marcos legais como a Convenção dos Direitos da Criança e pela criação de novos títulos de referência e populares, é importante avaliar o potencial que a imprensa tem na constituição de opiniões, ideias, preconceitos, estereótipos e valores, utilizando-se dos mais variados mecanismos da linguagem.

Nesse sentido, o jornal popular, considerado por Mouillaud (2012) como uma vitrine e *fait divers*, ou seja, o jornal da notícia do dia a dia, deve, principalmente neste momento de convergência, ser pauta de novas pesquisas que busquem realizar uma leitura do jornal popular, muitas vezes compreendido como uma publicação sensacionalista e de baixa qualidade, sem tecer julgamentos de valores, mas fixando a atenção nas particularidades de suas estratégias discursivas de construção de sentido, buscando evidenciar que tanto jornais de referência quanto populares tendem, atualmente, a uma maior popularização e ao compartilhamento de emoções com os leitores, pelo menos no que se refere à cobertura de fatos relacionados às violações de direitos e à violência infanto-juvenil.

5 O *fait divers* é uma informação total, ou mais exatamente, imanente; ele contém em si todo seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um *fait divers*; ele não remete formalmente a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinios, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos (BARTHES, 1970, p. 57-58).

Referências bibliográficas

Amaral, M.F. (2006). *Jornalismo Popular*. São Paulo, Contexto.

Andi. (2001). *Balas perdidas: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência*. Brasília, ANDI.

Andi. (2005). *Imprensa, infância e desenvolvimento humano: uma retrospectiva de sete anos de análise de mídia* ANDI/IAS. Brasília, ANDI. <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/imprensa-infancia-e-desenvolvimento-humano> (Acesso em 24 de janeiro de 2013).

Andi. (2006) *A cobertura da violência contra crianças e adolescentes na imprensa Latino-americana*. Brasília, ANDI, 2006. <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/a-cobertura-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-na-imprensa->>. (Acesso em: 15/01/2013).

Àries, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro, LTC.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Barthes, R. (1970). *Crítica e verdade*. São Paulo, Editora Perspectiva.

Charaudeau, P. (2010). *Discurso das Mídias*. Trad. Angela S. M. Corrêa. 2ª ed. São Paulo, Contexto.

Doretto, J. (2012). *Criança de jornal: representações de infância e juventude em Brasil e em Portugal*. Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 9 N° 2 – Julho a Dezembro de 2012.

Ferreira, G.M. (ed) (2012). *A construção da Violência na Televisão e em Jornais Impressos na Bahia*. Salvador, Edufba.

Maingueneau, D. (1997). *Novas Tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas, Pontes.

Maingueneau, D. (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez Editora.

Micó, J.; Masip, P. and Barbosa, S. (2009). *Modelos de convergência empresarial na indústria da informação*.

Um mapeamento de casos no Brasil e na Espanha. Brazilian Journalism Research. v. 5, n. 1.

Mouillaud, M. and Porto, S.D. (ed) (2012). *O Jornal: da forma ao sentido*. 3ª ed. Brasília, UnB.

Pinto, M.J. (1999). *Comunicação & Discurso*. São Paulo, Hacker Editores.

Ponte, C. (2002). *Cobertura jornalística da infância: definindo a “criança internacional”*. Sociologia, problemas e práticas, n.º 38, pp. 61-77.

Ponte, C. (2007). *Mudam-se os tempos, mudam-se as notícias? A cobertura jornalística de crianças no Público e Diário de Notícias em 2000 e 2005*. Media & Jornalismo, v. 11, pp. 51-71

Priore, M.D. (ed) (2010). *História das Crianças no Brasil*. 5ª ed. São Paulo, Contexto.

Ramos, S. and Paiva, A. (2007). *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ.

Salaverría, R. García Avilés, J.A. and Masip, P. (2010). *Concepto de convergencia periodística*. In: López Garcías, X. and Pereira Fariña, X. (ed). *Convergencia Digital. Reconfiguración de los medios de comunicación en España*. Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela.

Sedh/PR (2011). *Relatório Disque Direitos Humanos – módulo Criança e Adolescente*. Brasília. <http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/T/RELATORIO%202011%20_agosto_.pdf>. (Acesso em: 18 de agosto de 2012).

Verón, E. (2004). *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo, UNISINOS.

Vizeu, A.; Lordêlo, T. and Medeiros, P. (2012). *Telejornalismo e convergência: Rumo a um telejornal de marca de grupo?*. In: Brazilian Journalism Research. v. 8, n. 2. pp 28-43.

Waiselfisz, J.J. (2012). *Mapa da Violência 2012 – crianças e adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro, Cebela e Flasco Brasil.

Wolf, M. (2003). *Teorias das comunicações de massa*. Trad. Karina Jannini. São Paulo, Martins Fontes.

Zecchetto, V. (ed) (2008). *Seis semiólogos en busca del lector*. Buenos Aires, La Crujía Ediciones.